



Prêmio Ajufe: Boas Práticas de Gestão

Ficha de inscrição

Dados pessoais do(s) autor(es) da prática:

Nome: Ivan Gomes Bonifacio

Cargo: Secretario de Estratégia e Governança

Órgão: Conselho de Justiça Federal

Cidade/UF: Brasília-DF

Nome: Leonardo Ferreira de Oliveira

Cargo: Assessor Especial de Inovação e Gestão da Informação

Órgão: Conselho de Justiça Federal

Cidade/UF: Brasília - DF

Nome: Alex Pena Tosta da Silva

Cargo: Chefe do Setor de Análise de Dados

Órgão: Conselho de Justiça Federal

Cidade/UF: Brasília - DF

Síntese da prática

Título: Índice de Governança da Justiça Federal - iGovJF Categoria:

II. Boas práticas dos servidores na Justiça Federal Descrição até

4.000 caracteres:

A síntese deverá conter as especificações abaixo:

1. período de atividade da prática e os principais objetivos;

Com base no desenvolvimento de Índice de Governança da Justiça Federal - iGovJF, foi realizada pesquisa censitária, no período de 30 de novembro a 10 de dezembro de 2015, com os 33 órgãos integrantes da Justiça Federal (Conselho da Justiça Federal, Tribunais Regionais Federais das 5 regiões e 27 Seções Judiciárias Federais), na verificação quanto a 55 práticas de gestão previstas em seu ambiente normativo e estratégico, contribuindo dessa maneira para as lacunas já apontadas sobre estudos voltados à governança (Brasil, 2014; Oliveira e Pisa,



2015; Ramos e Vieira, 2015) e desempenho no Poder Judiciário (Gomes Guimarães, 2012; Souza e Guimarães, 2014; Akutso e Guimarães, 2015).

2. principal inovação da prática;

A avaliação da governança de organizações públicas brasileiras tem sido tema de interesse na academia nos últimos anos (Brasil, 2014; Oliveira e Pisa, 2015; Ramos e Vieira, 2015). Desde a redemocratização ocorrida no fim da década de 1980, bem como com a publicação da Carta Magna de 1988 e, ainda, levando em consideração as modificações que ocorreram na administração pública advindas da Reforma Gerencial de 1995 (Bresser-Pereira, 1996), os órgãos públicos brasileiros tem passado por modificações em busca de desenvolvimento institucional e melhor retorno quanto aos recursos empregados em favor da sociedade.

Dentro do contexto do Judiciário não é diferente. Com a criação do Conselho Nacional de Justiça em 2005, uma série de marcos legais e iniciativas de gestão voltados à organização da administração judicial tem sido postas em prática. Entretanto, cumpre dizer que dentro da própria justiça muitas são as realidades existentes, dadas as especialidades da justiça, sua divisão e sua distribuição geográfica em um país de dimensões continentais e culturas regionais tão distintas.

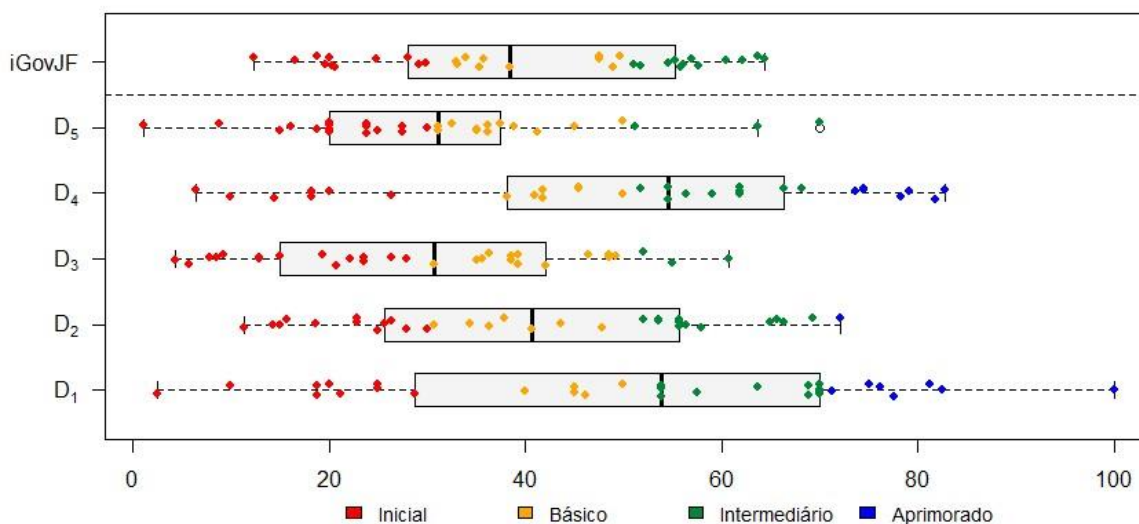
Assim sendo, a prática aqui relatada objetivou apurar, com base no desenvolvimento do Índice de Governança da Justiça Federal - iGovJF, os valores obtidos pelos 33 órgãos integrantes da Justiça Federal (Conselho da Justiça Federal, Tribunais Regionais Federais das 5 regiões e 27 Seções Judiciárias Federais) na verificação quanto a 55 práticas de gestão previstas em seu ambiente normativo e estratégico, baseado fortemente nas diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CNJ n. 198, de 1º de julho de 2014 e CJF n. 313, de 22 de outubro de 2014, que dispuseram, respectivamente, sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica do Poder Judiciário Nacional e da Justiça Federal.

Dessa forma, as principais inovações desta prática dizem respeito ao desenvolvimento de instrumento avaliativo próprio da Justiça Federal, que leva em conta as particularidades e marcos normativos desta justiça especializada, não sendo de conhecimento a existência de outro estudo censitário dessa magnitude no Poder Judiciário. Além disso, cada um dos órgãos participantes recebeu recomendações específicas e particulares de sua situação específica decorrente das respostas dadas na avaliação, outra novidade desta prática.

Apenas como exemplo, a Figura 1 mostra os *boxplots* do índice de governança obtido em cada dimensão de estudo e do iGovJF. O *boxplot*, ou

diagrama de caixa, é um gráfico que permite analisar, para cada dimensão, a dispersão dos dados (tamanho do diagrama), o valor mediano (linha central da caixa), em que faixa de valores a maior parte dos dados estão concentrados (tamanho da caixa), além dos valores extremos observados: máximo e mínimo. A Figura 1 apresenta, ainda, sobreposto aos *boxplots*, os resultados obtidos e o nível de maturidade em governança que cada órgão se encontra (cada ponto colorido identifica a resposta dada por um órgão da Justiça Federal).

Figura 1 - Boxplot com resultados da pesquisa para cada dimensão de estudo e nível de maturidade.



A dimensão “Estrutura e Funcionamento da Rede de Governança” (D1) foi a que apresentou o melhor desempenho, mas também a de maior variabilidade, como pode ser verificada pela grande dispersão dos dados da Figura 1. Por outro lado, a “Comunicação, Relacionamento Institucional e Transparência” (D5) foi a que apresentou a menor variabilidade e o pior desempenho, seguido de perto pela “Execução da Estratégia – Melhoria, Inovação e Controle”(D3). Além disso, nenhum órgão atingiu o estágio aprimorado de governança nessas dimensões. O mesmo pode se dizer do iGovJF, onde 33% das unidades ainda se encontram no estágio inicial, 30,3% no estágio básico, 36,4% no intermediário e nenhuma unidade no estágio aprimorado. Este é um pequeno trecho da análise disponível após a coleta de dados, sendo que o relatório completo está disponível no relatório de Diagnóstico de Governança da Justiça Federal- iGovJF 2015

(disponível no endereço: http://www.cjf.jus.br/observatorio/arq/Relatorio_iGovJF_2015.pdf). Também estão



disponíveis as recomendações de melhoria para cada uma das unidades da Justiça Federal, no link: <http://www.cjf.jus.br/observatorio/recomendacoes.php>.

3. recursos e instrumentos utilizados;

Foram disponibilizados questionário utilizando o *software* gratuito *Lime Survey*, com a disponibilização de informações no site do Observatório da Estratégia da Justiça Federal, mais especificamente no link:

<http://www.cjf.jus.br/observatorio/governancalime.php>. Após a etapa de coleta, os dados foram organizados e analisados estatisticamente com a utilização do *software* livre "R", de forma a se calcular e obter um índice geral de governança das unidades judiciárias da JF, o iGovJF, e um índice de cada uma das dimensões que compõem o modelo de governança da JF.

4. houve parceria como alguma instituição ou entidade;

A parceria se deu na participação dos órgãos da Justiça Federal, os quais desenvolveram esforços para levantar e prestar as informações solicitadas no questionário. A participação de todos permitiu uma rica análise do estágio de governança das instituições da Justiça Federal.

5. valores gastos para a implantação da prática; Não
houve desembolso de recursos financeiros.

6. houve propagação da prática para outra unidade ou setor do judiciário;

A prática foi desenvolvida em conjunto com os 33 órgãos integrantes da Justiça Federal (Conselho da Justiça Federal, Tribunais Regionais Federais das 5 regiões e 27 Seções Judiciárias Federais)

7. a prática contribuiu para o aperfeiçoamento da justiça;

Sim, a prática permitiu um diagnóstico que busca a completude e pretende, por meio das recomendações realizadas a cada um dos respondentes, desenvolver e aprofundar as melhores práticas de Governança nas unidades da Justiça Federal.



Cumpra ressaltar inclusive que o Índice de Governança da Justiça Federal - iGovJF foi institucionalizado pelo Pleno do Conselho da Justiça Federal na sessão do dia 03 de maio de 2016, por meio da Resolução CJF nº 400/2016.

8. *anexar fotos e link de vídeo relacionados a prática (facultativo).*

No endereço: <http://www.cjf.jus.br/observatorio/governancalime.php> estão os *links* e documentos que compõe a execução da prática, quais sejam:

1. Link para o questionário (quando este estava disponível para preenchimento);
2. Manual de Aplicação da Pesquisa;
3. Manual de Governança da Justiça Federal;
4. Arquivo .pdf com as perguntas da Pesquisa;
5. Ofícios com solicitação de preenchimento;
6. Perguntas frequentes sobre o preenchimento do questionário;
7. Resultados da Pesquisa: Diagnóstico de Governança da Justiça Federal-iGovJF 2015;
8. Recomendações aos órgãos participantes (*link* com as recomendações individualizadas a cada um dos órgãos participantes da pesquisa, ou seja, 33 relatórios individualizados).

Além disso, foi desenvolvida logomarca para a pesquisa, a qual deve ser repetida a cada 2 anos, para aprimoramento da governança na Justiça Federal, conforme abaixo.





Por último, foi dada publicidade sobre as recomendações realizadas por meio de divulgação pública no site do Observatório da Estratégia da Justiça Federal, com o uso do *banner* abaixo.



REFERÊNCIAS

Akutsu, L., & Guimarães, T. A. (2015). Governança judicial: proposta de modelo teórico-metodológico. *Revista de Administração Pública*, 49(4), 937-958.

Brasil. Tribunal de Contas da União. (2014). Referencial para avaliação de governança em políticas públicas. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU.

Bresser-Pereira, L. C. (1996). Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, v. 47, n. 1, p. 58-64.

Gomes, A. D. O., & Guimarães, T. D. A. (2013). Desempenho no Judiciário: conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa. *Revista de Administração Pública*, 47(2), 379-401.

Oliveira, A. G., & Pisa, B. J. (2015). IGovP: Índice de avaliação da governança pública-instrumento de controle social do Estado. *Revista de Administração Pública*, 49(5).

Ramos, S. S., & Vieira, K. M. Matriz LIMPE: Proposta de Ferramenta Gerencial para Mensuração da Governança Pública Municipal. *Tecnologias de Administração e Contabilidade*, Rio de Janeiro, 5(1), 30-53.

Sousa, M.M., & de Aquino Guimarães, T. (2014). Inovação e desempenho na administração judicial: Desvendando lacunas conceituais e metodológicas. *Revista de Administração e Inovação*, 11(2), 321.